

Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as diferentes concepções do processo avaliativo no ensino aprendizagem escolar. Analisar de que forma a avaliação contribui para o processo de desenvolvimento e conhecimento dos educandos para formação cidadã e social. E, para atingir o objetivo proposto, serão observadas diversas teorias de diferentes autores. Tendo em vista, que, a avaliação é concebida por muitos professores e educadores como parte integradora ao processo de ensino. Nessa perspectiva, pretende-se observar, o ato amoroso de avaliar, a forma diagnóstica, classificatória, contínua, os diversos instrumentos utilizados para coleta de dados para o desenvolvimento desse processo entre outras ações aplicadas pelos professores, como forma de obter os resultados dos conteúdos ensinados em sala de aula, dos avanços ou fracassos dos avaliados e, com base nos resultados, planejar intervir de modo a reforçar ou mudar a prática e conteúdos trabalhados, de acordo com a proposta pedagógica respeitando a especificidade de cada educando ou, seja, a forma com que cada educando apresenta para assimilação do conteúdo. A avaliação da aprendizagem deve permitir ao professor e ao educando, meios de diagnosticar os fatores positivos ou negativos no que tange o ensino e a aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Aprendizagem. Desenvolvimento.

Luzinete Aparecida da Silva
luzinetevelin@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Cidmar Ortiz dos Santos
ortiz.ortiz@hotmail.com
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar um dos temas centrais que vem permeando a discussão sobre o trabalho docente no âmbito educacional que sem dúvida é a avaliação do rendimento escolar sua prática e o planejamento entre outras discussões como, a metodologia docente, a aprendizagem escolar, a democracia na escola, na educação entre outros questionamentos que influenciam o ensino e aprendizagem.

A primeira que emerge refere-se aos motivos que levam os professores e demais profissionais da educação, a se preocuparem com este assunto “avaliação da aprendizagem” tão questionada.

Nesta visão, algumas teses levantadas para o desenvolvimento desse artigo como exemplo citado, a de Philippe Perrenoud (1999), que enfatiza, que “O que podemos aprender sobre o paradigma da avaliação. Ele defende a avaliação emancipatória e formativa, no âmbito educacional, nos auxiliando a forma avaliativa no cotidiano escolar, e como recria-la, numa perspectiva formativa e emancipatória”.

Assim, esta pesquisa procura fornecer subsídios para essa empreitada colocando nas mãos dos educadores/professores a responsabilidade de transformar a avaliação da aprendizagem, que existe dentro de cada professor, permeando em práxis (ação) transformadora. Após esta reflexão sob a visão de Perrenoud com certeza um conceito de avaliação já se formou. Para aprimorar essa pesquisa reflexões de outros autores serão acrescentadas sobre as demais ferramentas e processos avaliativos, buscando compreender as dificuldades que o professor encontra em seu dia-a-dia e da responsabilidade a ele incumbida para o desempenho e dificuldade na aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo avaliativo tem como objetivo, investigar o processo de desenvolvimento do ser humano e sua formação para cidadania, que se desencadeia no âmbito educacional. Avaliar é de certa forma analisar, calcular, comparar medir, enfim, são diversas as formas empregadas ao processo de atribuição de valores ao ato avaliativo. A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou cálculos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional. Neste ponto de vista, a avaliação não é uma prática isolada no processo educativo e nenhuma questão técnica desprovida de intenções.

A avaliação é uma questão epistemológica e política que manifesta poder para aprovar ou reprovar, exaltar ou punir o educando de acordo com a visão de quem avalia. Segundo os PCNS, Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, o processo avaliativo não se restringe ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendido como um conjunto de intenções que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Assim a avaliação é contínua, sistemática e diagnóstica por meio de interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. E para constatar como se dá esse processo algumas concepções avaliativas serão analisadas

Luckesi (2002) para que a avaliação de ensino-aprendizagem assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético e diagnóstico para o desenvolvimento, deve se situar estando a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a formação social do indivíduo, e não com a sua conservação. Assim, a avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social, e a concepção teórico-prática educativa, também não forem autoritários. E se as aspirações socializantes e democráticas, a pedagogia e a avaliação em seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos. Luckesi (2002, p. 42), segundo o autor, ninguém deve ser excluído, todos devem ser seduzidos e incluídos de acordo com a sua realidade. A avaliação do rendimento escolar, além de ser um ato amoroso, deve servir de diagnóstico para avaliar a distância entre o ensinado e o aprendido.

Hoffman (2005, p. 91) discorre sobre a análise importante da função seletiva e eliminatória da avaliação, sendo esta uma responsabilidade muito séria enquanto avaliamos, dessa forma, exercemos um ato político mesmo quando não o pretendemos. Assim, tanto as ações individualizadas, quanto a omissão na discussão desta questão, reforçam a manutenção das desigualdades sociais.

(Philippe Perrenoud, 1999, p. 14) pontua que a teoria avaliativa já avançou muito, porém, o fazer avaliativo no cotidiano da escola ainda traz resquícios de uma avaliação mensurada e coercitiva. Perrenoud enfatiza que a avaliação formadora que em sua visão torna-se instrumento privilegiado de uma regulação contínua das diversas intervenções e das situações didáticas e da as suas características. No entanto entende-se que a intervenção pedagógica é parte integradora do processo avaliativo.

No decorrer desse artigo, analisaremos diferentes formas e modelos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem nas séries iniciais, como as funções diagnóstica, formativa e somatória, tendo em vista que às séries iniciais é o princípio da formação e socialização do indivíduo. Espera-se que com essa pesquisa sejam formuladas ideias significativas que possam contribuir aos professores/educadores e estudantes, que em seu dia-a-dia buscam aprimorar ou sanar dúvidas referentes ao processo avaliativo. Diante dessa perspectiva a avaliação acontece em todos os sentidos e em tudo que até o fim de nossa existência.

Porém o ato avaliativo do processo de ensino nas séries iniciais e na educação básica em geral, deve ser flexível e responsável ou, seja a avaliação deve ocorrer de forma qualitativa e diversificada de forma que todas as possibilidades de ensino sejam aplicadas para que assim, sejam constatados, o desempenho ou fracasso do aluno. Assim, o professor poderá através da avaliação calcular o nível de desenvolvimentos dos alunos podendo verificar, se seu sistema de trabalho e conteúdo está sendo eficiente e assimilado pelos educandos. Por outro lado, o aluno poderá descobrir em que nível de desenvolvimento se encontra dentro da aprendizagem escolar. Desse modo, adquirir consciência de seus atos e almejando ser ou fazer, somos avaliados a partir do ato de nossa concepção limites das necessidades e avanços.

Desse modo a avaliação é vista como um fio condutor da atividade escolar que avalia a virtude e desejo de que o aluno aprenda em constante resposta daquilo que lhe foi aplicado e ensinado no cotidiano escolar tendo como meta os objetivos dos docentes e sistema de ensino.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Refletindo sobre a visão de Perrenoud (1999, p 145-160), para construção do conceito avaliativo ele faz algumas ênfases:

O autor trabalha enfatizando a avaliação formativa e dizendo: “mudar a avaliação é fácil ou, seja tentativas são feitas, mas, o difícil é permitir que se mexa na minha avaliação”.

A questão central do autor é a natureza das mudanças que devem ocorrer na escola, e nos processos educativos, dentro e fora da instituição na própria sala de aula, lembrando que nem todas as mudanças tem mesmo valor democrático.

Modificações relativas às escalas de avaliação quantitativa ou a construção de novas escalas incluindo posicionamento qualitativo. O autor diz que o regime de média, o intervalo entre as avaliações, a valorização dos itens de texto são aspectos fáceis de alteração. Porém nada disso afeta radicalmente o funcionamento didático ou sistema de ensino. Perrenoud afirma que uma avaliação, ajuda o aluno a aprender, e o professor a ensinar. A ideia base é linear procede por: ensaios, tentativas, erros, hipóteses, recuos e avanços, um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas concretas e seguras sobre diversas formas, Perrenoud (1999) lembra que há necessidade de elaborar um contrato didático para garantir o essencial do processo pedagógico, aprender a ensinar na perspectiva de formação plena dos alunos e dos professores, numa visão democrática.

Ele explica que são muitas as dificuldades para desenvolver uma avaliação, mas, que um trabalho coletivo pedagógico pode concretizar muitas ações para construí-las.

Observamos que são práticas que podemos realizar com os alunos do ensino fundamental e nas demais etapas de ensino aprendizagem em geral. Perrenoud enfatiza a escolha dos focos e eixos da avaliação e construção dos referentes avaliativos, dos elementos observáveis, professores com seus alunos, devem estabelecer o foco da avaliação com: os referentes avaliativos sem priorizar os produtos finais, mas, sobretudo deslocando o eixo para compreensão do caminho intelectual, processo de construção de conhecimento percorrido pelo aluno. Sem esquecer e questionar, sobre a função social dos conteúdos e da aprendizagem escolar no contexto em que eles estão sendo construídos.

Paulo Freire (2000, p. 29-30), discorre sobre ética e avaliação uma discussão necessária para construção da escola democrática.

Ampliaremos a discussão sobre ética e avaliação, a luz dos ensinamentos de Paulo Freire, entre várias obras especialmente procurando construir pistas, trilhas, caminhos para fortalecermos a luta pela recriação da escola pública substantivamente democrática.

Para Paulo Freire, a questão da ética é crucial em todos os momentos da ação pedagógica, e de nossas vidas. Avaliação é para a ética um movimento – uma pulsão vital, e a ética é para avaliação o seu fundamento e a finalidade de sua existência sua direção social. Para Freire, esperança e ética, de mãos dadas criam possibilidade de avaliar o mundo, a nossa existência no mundo, e nos mobilizam para enfrentar questionamentos. Paulo Freire chama a atenção para a necessidade de uma aproximação cultural e afetiva do aluno observando criticamente suas

condições de entrada na escola “seus saberes de experiências feitas” com finalidade de suprir a aprendizagem e não de rotulá-la como inferior ou de predestinar o seu fracasso.

A escola estimula uma corrida pedagógica a um jogo de inclusão em que geralmente vencem os alunos, os alunos mais fortes cujas experiências de classe social são mais valorizadas pela escola. É que a nossa escola não deixou nunca deixou de ser uma pista de corrida onde, alguns chegam a frente, outros atrás, enquanto outros ainda acabam abandonando, não conseguindo alcançar essa, nessa direção, vendo que a sua realidade fica toda fora. FREIRE E GUIMARÃES. (p. 29,30).

Um currículo homogeneizante e critérios de avaliação classificatórios reforçam os mecanismos seletivos dentro e fora da escola. Paulo Freire explica que os condicionamentos de classe social que se expressam na organização do currículo, refletem-se na elaboração dos critérios de avaliação homogeneizantes – “éramos colocados todos diante de uma mesma régua-sob a justificativa de avaliar a todos igualmente, com os mesmos instrumentos”.

A avaliação exerce a função discriminatória, classificatória. Neste jogo, os vencedores seguem a frente e os perdedores são reprovados pela escola e em muitos casos se evadem. Freire convoca os professores/professoras, a escola, a democratizar seus processos de avaliações, pois muitos alunos que são limitados pela escola, já descobriram o mundo e nele demonstram liderança. Ele nos fala da democratização dos critérios de avaliação: democratizando seus critérios avaliativos do saber, a escola deveria preocupar-se com o preencher certas lacunas de experiências das crianças, ajudando-as superar obstáculos em seu processo de conhecer FREIRE 2000.

Assim como os alunos são considerados objetos de avaliação e não os seus próprios sujeitos, os professores são submetidos a esse mesmo processo, muitas escolas continuam reforçando uma pedagogia autoritária, colocando nas mãos dos professores a decisão pela aprovação do educando alienando-os do direito de participar do seu processo de aprender e avaliar. Isto também acontece com os professores quando são submetidos a um processo de avaliação. Freire (2000/b p. 130) afirma que “sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm assumindo cada vez mais como discursos verticais de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos”.

O autor pontua que a questão não é a de ficar contra a avaliação, mas de resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo realizada. A questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da educação enquanto instrumento de apreciação do que fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo da libertação e não da domesticação.

Avaliação em que estimule o falar e qual o caminho do falar. Freire (1999, p. 49) explica como a avaliação compartilhada, dialógica, na qual os alunos e os professores são sujeitos coparticipantes, contribuem com o processo de construção do conhecimento, possibilitando ao aluno compreender criticamente o seu processo de aprendizagem, reconstruindo o quanto necessário.

Paulo Freire (1999) defende em sua teoria uma avaliação que contribua com a escola democrática, fundamentada nos seguintes princípios a, b, c, d, e, f, 1999, 1996, 1997:

A) A avaliação é ação política ética é práxis transformadora. A sua base é o conhecimento emancipação-solidariedade. Ela se faz no e para o coletivo pedagógico, e prática comunitária. O respeito à autonomia e à dignidade de cada ser humano não são concessões, mas, uma exigência ética deste trabalho.

B) A avaliação articula-se a um projeto de sociedade, de educação, de escola. É imperativo ético construir comunitariamente estes projetos, explicitando os conteúdos e as direções das lutas pela construção de uma sociedade democrática, digna, fraterna e justa. A avaliação deve ser dos motores de sua realização, nessa perspectiva:

C) A avaliação fundamenta-se na relação dialógica e precisa realizar-se nela se diálogo. É um processo de comunicação social e faz-se na relação com o outro

D) A avaliação orienta o currículo e a prática pedagógica na escola. A avaliação que garante a participação e o diálogo crítico fundamenta a reorientação curricular e a reconstrução de práticas pedagógicas numa perspectiva emancipadora.

E) A avaliação é uma força criadora do aprender e do ensinar. Ela é uma declaração de compromisso com a aprendizagem dos alunos com outras práticas pedagógicas do processo de construção e ressignificação do conhecimento. Nesse sentido, a avaliação integra a unidade dinâmica e dialética da reflexão, reflexão práxis transformadora, desafiadora e estimuladora da “curiosidade epistemológica”. É ação colaborativa dos professores com os seus alunos, e entre os próprios pares, visando a compreensão do processo de aprendizagem e sua efetiva concretização;

F) A avaliação é “querer bem”, pleno respeito e generosidade. É um ato de amor, de humildade e de coragem. É, portanto, indispensável que a avaliação produza vida, libertação, condenando todo tipo de violência, que humilha, destrata e exclui. A avaliação na (e da) prática pedagógica, nessa perspectiva, conduz a seu aperfeiçoamento contínuo, ao ensino de melhor qualidade ela estimula educadores e alunos, todos os que fazem o bem comum. Ela é produtora de alegria, de participação na aula, de vontade de aprender e de estar na escola.

Assim conclui-se a tese de Paulo Freire que afirma a avaliação, como fundamentos da construção da escola numa visão democrática, articulando, constituindo. E, na medida em que este tema é incorporado pela escola como uma discussão necessária, começam a surgir mudanças significativas na prática pedagógica conduzindo um aprendizado de qualidade.

Contribuição de Luckesi (1984, p 84), na visão diagnóstica que rapidamente se divulgou a literatura pedagógica brasileira, em especial na área de didática e formação de educadores, foi uma expressão cunhada por Luckesi, para nomear a sua teoria sobre avaliação da aprendizagem. Seus estudos foram amplamente socializados na década de 80, (movimento de democratização do País) com maior ênfase até meados da década de 90, por ele e seus seguidores, passando a conviver com novas contribuições advindas da psicologia Cognitiva (teorias construtivistas da aprendizagem. Inicialmente, ele conceituou a avaliação como juízo de valor sobre dados relevantes da realidade e posteriormente, ampliou a conceituação para “juízo de qualidade”, chamando a atenção para as relações de poder implicadas na avaliação e na necessidade de compreendê-la numa perspectiva histórica cultural.

Sua abordagem processual e qualitativa deveria pautar todos os procedimentos avaliativos garantindo que a avaliação fosse um processo contínuo,

compartilhado, sistemático e efetivamente democrático, comprometido com as aprendizagens dos educandos.

O autor demonstra como a avaliação da aprendizagem é minimizada no cotidiano escolar e chama a atenção para superar dimensionamento da avaliação, a pedagogia dos exames e a diminuição do próprio processo de aprendizagem. Discute a questão do poder que os professores exercem durante a avaliação como forma de controle e domesticação dos alunos demonstrando como isto faz parte da lógica classificatória, seletiva, excludente de modo de produção capitalista. Demonstra como a democratização da avaliação na escola pode se aliar aos movimentos de transformação social, na direção de uma sociedade igualitária, justa democrática. Assim, traz no bojo de suas formulações sobre avaliação diagnóstica conceitos sobre valor, decisão, critérios de qualidades entre outras questões de natureza ética.

Pelas discussões compreende-se que são muitos os fatores e aspectos que condicionam os resultados dos exames que legitimam a atribuição de notas e/ou uma abordagem quantitativa da avaliação.

Verifica-se que há questões mais gerais, relacionadas ao projeto de sociedade de educação e de escola, a visão de mundo de homem, de educação, dos processos de ensino e de aprendizagem, de educador e de educandos como: às expectativas que os alunos e aos condicionantes sócios culturais que se manifestam no cotidiano escolar e suas mais diversas interpretações; as formas de entendimento da proposta educacional, de avaliação da escola e suas diferentes concretizações em sala de aula.

Com tudo, outros condicionantes mais específicos, diretamente relacionados aos textos entre outros instrumentos de avaliação, em suas variadas formas. É preciso ter um olhar crítico referente a frases semelhante a essas ditas com frequências pelos ou por aqueles defensores de notas, sejam professores ou estudiosos das medidas educacionais: “as notas são necessárias para se informar sobre os rendimentos dos alunos”, com frases como, não temos condições de fazer de outro jeito. As saídas são as provas e respectivas notas; o aluno tem direito de saber sua nota, portanto, ela é necessária durante as atribuições dos resultados; o professor sempre fica em dúvida de como fazê-lo. Não há uma forma fixa... “cada situação de atribuição de notas exige análise e reflexão crítica, pois é um desafio à capacidade de julgamento do professor”. Luckesi reforça: “A avaliação precisa auxiliar a aprendizagem e no crescimento tanto do aluno, como a do professor envolvendo todo o processo educativo”.

Segundo Vasconcelos em suas contribuições no processo de avaliação da aprendizagem, ele pontua chamando a atenção para um aspecto muito importante, os instrumentos avaliativos. Segundo o autor, esses instrumentos são fundamentais dando um verdadeiro sentido a avaliação do ensino aprendizagem e, para que os professores compreendam e apliquem em suas práticas em sala de aula o autor faz as referências aos seguintes instrumentos:

Elaboração, aplicação, conteúdos, análise, comunicação dos resultados e a tomada de decisão (Vasconcellos 1998). O autor alerta, que é preciso que o professor observe em sua prática, a descontinuidade dos conteúdos no dia –a- dia, na sala de aula para que estes conteúdos não sejam apenas uma devolução de informações aos alunos, sem que haja relação os assuntos trabalhados para que os mesmos não se transformem em práticas de memorização ao invés de

assimilação fazendo com que os alunos decorem mecanicamente. (Vasconcellos 1998), da ênfase aos seguintes critérios para a elaboração dos instrumentos como:

Reflexivos: que produz pensamentos e estabelece relações que supera que supera a prática decoreba da repetição de informações.

Essenciais: os que dão ênfases aos conteúdos realmente fundamentais ao processo de ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta de ensino.

Abrangentes: o conteúdo avaliativo deve ser um exemplo ou modelo representativo do que está sendo ensinado dando ao professor, indicadores da aprendizagem do aluno.

Contextualizados: segundo o autor a contextualização consiste em: texto, gráfico, tabela, esquema, figura etc., é o que contribui para a construção do sentido do que está sendo solicitado.

Claros: que os alunos saibam com clareza o que o professor (a) está pedindo ou solicitando.

Compatíveis: que os conteúdos sejam equilibrados de acordo com a realidade e o dia-a-dia do aluno, nem mais fácil, nem mais difícil. (VASCONCELLOS, 1998 p. 68 -69)

No entanto, o professor deve estar atento, em todos os momentos no cotidiano escolar, para não enfatizar somente o momento da avaliação deixando de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem no dia a dia da sala de aula. Segundo o autor 1998, o professor pode se acomodar quando observa só o processo avaliativo, esquecendo o cotidiano e o movimento da aprendizagem. Vasconcellos diz que tem sido denunciado à falta de rigor e de objetivos nos julgamentos feitos pelos professores, tanto em termo de correção quanto da determinação de valores.

No processo de análises é importante que o professor esteja aberto a novas interpretações e ao mesmo tempo considerar o processo resolução feito pelo aluno e não somente o resultado. Conforme o autor, para que os instrumentos surtam efeitos é preciso que sejam analisados de forma rápida pelos professores e devolvidos aos alunos, para que estes tenham conhecimento de seus avanços ou fracassos de seu desenvolvimento. É fundamental o feedback no retorno do processo avaliativo ao aluno e espaço para que o mesmo solicite esclarecimento sobre a correção feita pelo professor. Para Vasconcellos (1998, p. 70), “isto é o mínimo que se espera numa relação democrática de ensino”. O autor conclui que para tomada de decisão, o que se espera do professor é que este utilize da avaliação para perceber as reais necessidades dos alunos e planejar o que fazer para os mesmos possam superar suas dificuldades.

Nessas perspectivas, os objetivos não atingidos pelos alunos devem ser retomados e imediatamente trabalhados em sala de aula, para que haja uma verdadeira assimilação entre os alunos. Ao professor cabe fazer uma autoanálise com o intuito de rever sua forma de ensinar os conteúdos. Estes objetivos devem ser incluídos na próxima avaliação dando expressão na nova síntese de conhecimento e permitindo ao professor saber se os alunos superaram as dificuldades. (VASCONCELLOS 1998 p. 70).

Para finalizar com as contribuições de alguns autores entre eles, (Vasconcellos e Luckesi, 1994 p. 14) os autores referem-se aos três termos avaliativos. Testar, medir e avaliar.

Testar: verificar um desempenho através de situações previamente organizadas, chamadas testes.

Medir: descrever um fenômeno do ponto de vista quantitativo.

Avaliar: interpretar dados quantitativos para obter um parecer ou julgamento de valor, tendo por base padrões ou critérios.

Esses termos não são sinônimos, embora seus respectivos significados se justaponham. No entanto esses conceitos se completam, sendo diferentes no que se refere à amplitude e seus significados. Quando medir, é um termo mais amplo que testar, ele explica que os testes constituem uma das formas de medida, enquanto avaliar apresenta um conceito mais abrangente do que os outros dois, pois inclui a utilização tanto de instrumento quantitativo como de dados qualitativos.

Em seguida, Jussara Hoffman contribui discorrendo sobre os instrumentos avaliativos e a forma em que os mesmos são desenvolvidos. A autora refere-se, à diversificação dos instrumentos avaliativos tendo como função estratégica, na coleta de um número maior e variedades de informações sobre o trabalho docente e os percursos de aprendizagens.

Instrumentos de avaliação segundo Hoffman (2005), são, portanto, os registros de diferentes naturezas. São os alunos que realizam seus próprios registros, expressando seus conhecimentos em tarefas, testes, desenhos, trabalhos e outros instrumentos elaborados pelo professor. Pois é o professor quem registra o que observou o aluno, fazendo anotações e outros apontamentos. Quanto mais frequentes e significativos forem os registros, nos dois sentidos, melhores serão as condições do professor de adequar as ações educativas, às possibilidades de cada grupo e de cada aluno. (HOFFMAN 2005, p 119).

Segundo Hoffman (2005, p 121), os melhores instrumentos de avaliação “[...] são todas as tarefas e registros feitos pelo professor que o auxiliam a resgatar uma memória significativa do processo, permitindo uma análise abrangente do desenvolvimento do aluno”.

Segundo a autora, quanto mais informações que se tenha sobre o objeto avaliado, mais condições de compreendê-lo e tornar os vários tipos de decisões necessárias à trajetória/percurso do fazer avaliativo e do trabalho educativo docente na sua amplitude. Desta maneira, restringir a avaliação ao produto e a um instrumento é desperdiçar uma diversidade, no mínimo, de informações do processo que são úteis ao entendimento do fenômeno educativo, a tomada de decisão para as mudanças necessárias.

A diversidade e a coerência entre os instrumentos e o processo avaliativo também visam atingir as várias dimensões dos sujeitos/objetos avaliados. Tal postura avaliativa intenciona superar a visão restrita do aluno/professor como seres apenas cognitivos, desconsiderando outras dimensões, como, a afetiva social, cultural etc. (Hofmann, 2000 p. 23), diz que “conceber e nomear, o fazer testes, o dar notas por avaliação é uma atitude simplista e ingênua, significa reduzir o processo avaliativo de acompanhamento e ação com base na reflexão, a fatos

instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico”.

“(…) conceber e nomear o “fazer testes”, os “dar notas,” por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo de acompanhamento e ação com base na reflexão, a fartos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um instrumento cirúrgico”. HOFFMAN, 2000 p. 23

Vale destacar ainda que a avaliação formativa reguladora favorece ao docente desenvolver intervenções diferenciadas que por sua vez, precisam vir acompanhadas de meios de ensino, de organização dos horários, de organização do grupo-aula, até mesmo de transformações radicais das estruturas escolares Perrenoud, 1999: p 15. Isto é, torna-se imperativo um repensar e uma reestruturação do sistema educacional como um todo e da escola em específico, tomando como referência uma perspectiva emancipatória da educação. Por isso, é imperativo lançar mão de um maior número de instrumentos avaliativos, perpassando o trabalho pedagógico, para coletar o máximo de informações possíveis em torno das aprendizagens e das histórias de vida dos educandos e das intervenções e das posturas dos docentes. Por exemplo, restringir a avaliação aos testes finais e aos educandos implica não avaliar certos aspectos dos alunos, mas, como o desempenho oral, a capacidade investigativa e a participação nos trabalhos em grupos, nem tampouco o desenvolvimento da aquisição dos conceitos testados finalizados, como também não toma a intervenção didática como objeto da avaliação.

Assim, a diversidade de instrumentos avaliativos precisa estar inserida em uma sistemática, atender a uma metodologia própria da teoria e da prática da avaliação educacional e adequá-la à natureza do objeto avaliado, seja o ensino e aprendizagem, o currículo, o curso, o programa, a instituição etc. Diversificar não é simplesmente adotar vários instrumentos aleatoriamente é um campo teórico e prático que possui um caráter metódico e pedagógico que atende à sua especificidade e intencionalidade.

Pode-se afirmar que a avaliação da aprendizagem é marcada por sua natureza analítica e racional, sendo um processo sistemático, contínuo materializado em vários momentos: planejamento das decisões; estruturação das decisões; implementação e reciclagem das decisões havendo para cada um desses momentos, respectivamente, uma forma específica de avaliar, exige-se uma metodologia. Vale ressaltar que esse esforço de diversificar e sistematizar o processo avaliativo intenciona melhor compreender o objeto avaliado para melhorar sua qualidade e não apenas classifica-los, ou seja, diagnosticar e intervir e não selecionar e excluir.

No entanto, o fazer avaliativo é condicionado pela cultura institucional, assim sendo, a maneira de vivenciá-lo não depende exclusivamente da atitude solitária do professor ou de atividades isoladas dos mesmos. É imprescindível a construção de uma cultura avaliativa que rompa com a concepção autoritária, seletiva, classificatória, punitiva e terminal. A prática da avaliação pode mudar quando, principalmente, os processos avaliativos formativos reguladores tornem-se regra e se integram a um dispositivo de pedagogia diferente (Perrenoud, 1999) e são assumidos pelos profissionais da educação localizados na escola.

Contudo, a avaliação no ensino fundamental deve ter um maior objetivo, pois mesmo sendo contínua, paralela e qualitativa o professor deve estar atentamente de olhos fixos nos alunos e nos métodos aplicados, para que assim, a aprendizagem aconteça. De acordo com as pesquisas e com as práticas aplicadas em sala de aulas muitos veem, a avaliação de uma forma negativa, pois só acarretam o conceito de “prova”, não entendendo que a mesma é uma forma de reforçar o aprendizado do aluno e o próprio trabalho do professor.

Hoje, ao depararmos com as dificuldades na aprendizagem, nos deparamos com problemas muito grave a desestrutura familiar e, econômica que afetam gravemente o desempenho dos alunos, dificultando o desempenho do professor que se desdobra na sala de aula muitas vezes exercendo o papel de pai, mãe, psicólogo, amigo e muito mais para que a aluno se sinta incluído na escola, na vida e sociedade.

Nesta visão cabe a escola e aos profissionais da educação e preferivelmente os das séries iniciais, incumbidos e constantemente estimulando a aprendizagem de seus alunos, um olhar consciente e responsável para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem a estes que estão iniciando sua caminhada de conhecimento e formação para vida e cidadania tendo como base fundamental e escola, que por sua vez tem como ferra Podemos assim afirmar, que para uma boa avaliação devem ser cumpridas as exigências da elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assegurando a participação de todo corpo docente no processo de construção. A LDB 9394/96, art. 12, 13 e 24 que visa o cumprimento de planos de trabalho docente segundo a proposta pedagógica, zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, com atenção especial ao artigo 24, nos seguintes termos. A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

Avaliação contínua, cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do processo sobre as eventuais provas finais, nos deixando claro o valor da qualidade dos resultados de nossos educandos.

É nessa perspectiva de análises que se intensificam a discussões acerca da avaliação do ensino e aprendizagem. Discussão esta que se insere no debate mais amplo da crise do paradigma educacional centrado no ensino, no qual a escola apenas se responsabiliza por ensinar de forma linear e uniforme, ficando à sorte dos alunos e das alunas aprenderem. Este paradigma vai sendo superado e substituído pelo paradigma das aprendizagens significativas. Isto ocorre em um movimento de ressignificação do processo de ensino e de aprendizagem, ao considerar que os estudantes possuem a potencialidade de aprender – princípios de aplicabilidade – e o que os diferencia são seus percursos de aprendizagens, que são condicionados por suas histórias de vida e pela diversidade sociocultural das escolas.

Este paradigma também compreende o conhecimento como construção histórica e social dinâmica que necessita de contexto para poder ser entendido e interpretado. A partir dessa compreensão, o ensino não pode ser visto como uma mera e mecânica transmissão linear de conteúdos curriculares do docente para o educando, mas um processo de construção de significados fundados nos contextos históricos em que se aprende e conseqüentemente, se avalia. O espaço educativo se transforma em ambiente de superação de desafios pedagógicos, o que dinamiza

e significa a aprendizagem, que passa a ser compreendida como construção de conhecimentos e desenvolvimento de competências.

Desse modo, este entendimento faz com que os professores de forma geral, procurem produzir intervenções didáticas diferenciadas no intuito de fomentar as várias formas de aprendizagens dos educandos, oferecendo aos educandos a oportunidade um maior desenvolvimento possível a suas capacidades. Logo, exigem-se práticas pedagógicas que não sejam indiferentes às diferenças socioculturais e cognitivas dos discentes, gerando os meios e os espaços para que se busque o seu desenvolvimento integral. (PERRENOUD, 1999).

É fundamental para o desenvolvimento do ensino e do processo avaliativo, que professor reconheça as diferentes trajetórias de vida dos alunos isto implica a flexibilização dos objetivos e conteúdos, as formas de ensinar e avaliar, em outras palavras, contextualizar e recriar o currículo destaca que, para a concretização dessa flexibilidade, são importantes os seguintes questionamentos: quem são os alunos? O que eles sabem em relação ao que será ensinado? Que experiências eles têm? O que serão capazes de aprender? Quais são seus interesses? Quais são seus estilos de aprendizagens? Estes questionamentos possibilitam ao professor (a) uma maior organização pedagógica de seu trabalho docente de acordo com a estrutura curricular. Nessa linha de raciocínio, a escola precisa oferecer aos professores, condições necessárias para que ocorra a simetria (diálogo) e comunicação entre o ensino e garantir o espaço e os meios para a viabilização da aprendizagem como afirma Paulo Freire (2000). Só existe docência se existir deiscência, ou seja, o ensino do fato só se efetiva se houver a correspondência com as aprendizagens significativas dos discentes. Portanto, a responsabilidade da escola é conceder os meios didáticos e pedagógicos para a materialização da cidadania.

O ATO AMOROSO DA AVALIAÇÃO

O ato amoroso de avaliação é aquele que acolhe a situação na sua realidade, ou seja, como ela é. Assim, manifesta-se o ato amoroso consigo mesmo e com os outros. O mandamento “ama o teu próximo como a ti mesmo” implica o ato amoroso que, em primeiro lugar, inclui a si mesmo e, nessa medida, pode incluir os outros.

O ato amoroso é um ato, que acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são: acolhe para permitir que cada coisa seja o que é no dado momento. Por acolher a situação como ela é o ato amoroso tem a característica de não julgar. O acolhimento integra, o julgamento afasta. Todos necessitam do acolhimento, só quando acolhidos, nos curamos. O primeiro passo, para cura é a admissão da situação como ela é. (LUCKESI, 2000 p 171)

Ninguém deve ser excluído. Todos devem ser seduzidos e incluídos de acordo com sua realidade. Assim, a avaliação do rendimento escolar, além de ser um ato amoroso, deve servir de diagnóstico para avaliar a distância entre o ensinado e o aprendido. (LUCKESI 2000, p 171-173).

Em síntese, a avaliação necessita ser planejada, executada e avaliada por todos os que fazem a comunidade educativa. Se professores e alunos estiverem envolvidos neste processo de forma democrática e comprometida, provavelmente

o processo de ensino-aprendizagem não se resumirá na avaliação, e, por conseguinte, pais e mestres não estarão discutindo de quem é a culpa ou mérito pelo fracasso ou pelo avanço dos educandos na aprendizagem.

Quadro 1 –

AUTOR	CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO
Cipriano Luckesi	Processo dinâmico e transformador que não está contido em si próprio; ao contrário, ele faz parte de um projeto político e pedagógico que ultrapassa as fronteiras da sala de aula. A avaliação precisa auxiliar na aprendizagem e no crescimento tanto do aluno quanto do professor.
Jussara Hoffmann	“A ação avaliativa deve ser encarada na perspectiva de uma das medidas pela qual se encorajaria a organização do saber. O termo mediação refere-se ao que está ou ao que acontece no meio, ou entre duas ou mais coisas separadas no tempo e/ou no espaço. O movimento se realiza por mediações que fazem passagem de um nível ao outro, dentro daquela realidade. Transferindo essas colocações para a ação avaliativas, poderemos vislumbrá-la na perspectiva de que a avaliação, enquanto mediação far-se-ia presente justamente no interstício da etapa de construção do conhecimento do aluno e a etapa possível de produção, por ele, de um saber enriquecido, complementado”.
Philippe Perrenoud	A avaliação formadora reguladora torna-se instrumento privilegiado de uma regulação contínua das diversas intervenções e das situações didáticas que possui as seguintes características: democrática, constante, contínua, diversificada, sistemática e intencional. Democrática ao ser lugar de negociação no movimento de definição de seus objetivos, critérios, instrumentos e dinâmica. Democrática também por ser o território em que os educandos têm a oportunidade de aplicarem seus conhecimentos e apresentarem suas dúvidas, inseguranças e incertezas.

Fonte: autor

MODELOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação apresenta três funções: diagnosticar, controlar e classificar, que estão relacionadas a três modelos seguintes.

- Avaliação diagnóstica: é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não domínio pré-requisitos imprescindíveis para novas aprendizagens.
- Avaliação formativa: tem a função de controle, é realizada durante todo o período letivo, com intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. E assim a avaliação pode servir como meio de controle de qualidade.
- Avaliação somativa: tem a função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino. Consiste em classificar os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou grau para outro.

No processo de desenvolvimento do educando todas as dimensões do comportamento devem ser consideradas de forma integral. E mesmo se os aspectos não devem ser separados em partes inter-relacionadas.

No processo de desenvolvimento do educando todas as dimensões do comportamento devem ser consideradas de forma integral. E mesmo se os aspectos não devem ser separados em partes inter-relacionadas.

Os objetivos educacionais se dividem em três aspectos: afetivo, cognitivo e motor.

Aspecto afetivo: abrange os objetivos que enfatizam sentimentos e emoções, como interesses, atitudes, valores, apreciações e formas de ajustamento. A avaliação neste aspecto é melhorar o desenvolvimento do aluno no que se refere a atitudes e valores, e não atribuir uma nota.

Aspecto cognitivo: abrange os objetivos que enfatizam os processos mentais e os resultados intelectuais como conhecimento, compreensão e habilidades de pensamento.

Aspecto motor: inclui os objetivos que focalizam habilidades musculares e motoras, embora estes aspectos estejam intimamente interligados não é possível sintetizar num mesmo conceito ou nota os resultados da avaliação dos mesmos, pois cada área possui características distintas

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao final dessa pesquisa, conclui-se que o ato de avaliar não significa adotar uma nota ou conceito aos alunos, reprovar ou aprovar, classificar como apto ou não, mas implica um processo de acompanhamento durante todo processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação não tem um fim em si mesmo, não é um fim, mas um meio, ou seja, a avaliação deve ser um meio auxiliar do processo de ensino aprendizagem, para averiguar ou detectar os avanços ou acertos e as falhas, tanto do desempenho de alunos, quanto ao desempenho dos professores, de modo a corrigi-los ou reforça-los.

Avaliar é julgar ou fazer apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim sendo, a avaliação no ensino fundamental e das outras modalidades de ensino, consiste na coleta de dados quantitativos e qualitativos e na interpretação desses resultados com base em critérios

previamente definidos. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem é o processo de análises com finalidades a fim de determinar o grau em que metas preestabelecidas foram atingidas e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Em síntese, desenvolver uma postura avaliativa requer reconstruir a concepção e a prática da avaliação e romper com a cultura de memorização, classificação, seleção e exclusão, tão presente nos sistemas de ensino. Isto remete a uma reflexão em torno de algumas questões básicas que constituem a compreensão epistemológica e pedagógica do conceber e do fazer avaliação

São elas: para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar o que fazer com os resultados da avaliação? Estes são questionamentos que representam as principais dúvidas dos docentes na hora de concretizar o trabalho pedagógico. O domínio sobre estas interrogações, colaboram para o desenvolvimento da autonomia didática do professor, conduzindo-os a uma sólida fundamentação teórica e prática do seu fazer docente e a sua implementação de forma consistente e intencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar estas questões, sobre o tema avaliação da aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, percebe-se que o homem poderia viver sem primeiro avaliar.

No Dicionário Básico da Língua Portuguesa, Ferreira (1995, p 205) refere-se que a avaliação é um ato ou efeito de avaliar-se. Apreciação, análise. Valor determinado pelos avaliadores. Avaliar é determinar a valia ou valor de apreciar ou estimar o merecimento de calcular, estimar, computar, fazer apreciação; ajuizar; avaliar as causas de merecimentos. E para finalizar, Luckesi (1995), pontua que o erro pode ser utilizado como fonte de virtude, sendo que o professor deve estar “aberto” para observar o conhecimento como acontecimento e não como erro. O insucesso deve servir de trampolim para o sucesso, nesse contexto, a compreensão do erro é o passo fundamental para sua recuperação, servindo para orientar seu entendimento e a prática. O erro não é fonte de castigo, mas sim um suporte para sua compreensão, retirando dele os mais significativos benefícios.

Portanto, todos os professores e educadores devem se conscientizar que a avaliação educacional no espaço educativo deve ser concebida como meio e não um fim, um processo de teoria e prática que norteiam os processos de formação do sujeito como cidadão. Nesta perspectiva, pode – se afirmar que a avaliação da aprendizagem deve ser vista como parte fundamental quando bem compreendida por parte daqueles que com responsabilidade a conduz, como ferramenta integradora do processo de ensino exigindo comprometimento a essência do planejamento e sabedoria, para que dessa forma se construa verdadeiramente uma sociedade cada vez mais humana que só se constrói através da educação.

ABSTRACT

Assessment of learning in primary education

The purpose of this article is to analyze the different conceptions of the evaluative process in teaching school learning. To analyze how the evaluation contributes to the process of development and knowledge of the students for citizenship and social formation. And, in order to reach the proposed objective, several theories of different authors will be observed. Considering that, the evaluation is conceived by many teachers and educators as an integrating part of the teaching process. In this perspective, it is intended to observe, the amorous act of evaluating, the diagnostic, classificatory, continuous form, the various instruments used for data collection for the development of this process among other actions applied by teachers, as a way to obtain the results of the contents in the classroom, of the progresses or failures of those evaluated and, based on the results, plan to intervene in order to reinforce or change the practice and contents worked, according to the pedagogical proposal respecting the specificity of each student or, way for each student to assimilate the content. The assessment of learning should enable the teacher and the learner to diagnose the positive or negative factors in teaching and learning.

KEY WORDS: Evaluation. Learning. Development.

REFERÊNCIAS

CHAPIRO, Ester. **Avaliação da Aprendizagem segundo Cipriano Luckesi.**

Disponível em: http://centraldeprofessores.com.br/prof_dica2.html. Acesso em: 19/08/2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa.** SÃO PAULO: Folha de São Paulo, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto alegre: Educação e realidade, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem: compreensão e prática.** São Paulo, Vozes, 1996.

NETO, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti; AQUINO, Josefa de Lima Fernandes. **A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000200010. Acesso em: 19/08/2015.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Ed. Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. Por uma práxis transformadora.** São Paulo, Libertad, 1998.

Recebido: 17/10/2016.

Aprovado: 04/12/2017..

DOI: 10.3895/recit.edespecial/e-5049

Como citar: SILVA, L. A. ;SANTOS, O C. . Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira: Edição Especial - Cadernos Ensino / EaD, e- 5115 2017, Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Luzinete Aparecida da Silva

luzineteevelin@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Cidmar Ortiz dos Santos ortiz.ortiz@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil. **Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

